

CONTRATO DE ADESÃO

CONTRATO DE ADESÃO Nº 02/20 – AVENTAL DESCARTAVEL GRAMATURA 40

CONTRATO DE ADESÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PHARMANEXO INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS, E A HOSPIDROGAS DISTRIBUIDORA E A DVG GERENCIADORA DE PROJETOS LTDA

O PHARMANEXO INTERMEDIADORA DE NEGÓCIOS LTDA, CNPJ 27.342.155/0001-62, situada na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, n. 955, Sala 719, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-335, neste ato representado por seu sócio administrador, Sr. Deivis de Oliveira Guimarães, CPF 122.077.018,32, doravante denominada simplesmente “INTERMEDIÁRIO”, a empresa HOSPIDROGAS DISTRIBUIDORA, CNPJ 27.342.155/0001-62, situada na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, n. 955, Sala 719, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29.050-335, neste ato representado por seu sócio administrador, Sr. Gustavo Piol, CPF 122.077.018,32, doravante denominada simplesmente “VENDEDOR”, e a empresa DVG GERENCIADORA DE PROJETOS LTDA, CNPJ 12.410.656/0001-61, situada na R LAURO FERREIRA PINTO, 677, CENTRO, BOX: 66;, Alfredo Chaves - ES, CEP 29240-000, neste ato representado por seu procurador legal Sr. DEIVIS DE OLIVEIRA GUIMARAES, CPF 122.077.018-32, doravante denominada “COMPRADOR AUTORIZADO”, aderem, de forma integral, a este Instrumento de Autorização, na forma de Contrato de Adesão, doravante denominado CONTRATO, para AQUISIÇÃO DE AVENTAL DESCARTAVEL GRAMATURA 40 COM REGISTRO NA ANVISA, REGISTRO N. 80495510084, conforme descrito no Anexo I, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Este CONTRATO tem por objeto a outorga de AUTORIZAÇÃO à VENDEDORA pelo COMPRADOR AUTORIZADO, para aquisição de Avental Descartavel gramatura 40 com registro na ANVISA, descritos no Anexo I deste instrumento, na quantidade de 1.200 (um mil e duzentos) AVENTAIS;

Parágrafo Primeiro: Os AVENTAIS serão adquiridos e distribuídos pela empresa VENDEDORA, de acordo com o quantitativo previsto na cláusula primeira deste, sendo os mesmos fruto de negociação junto ao Fabricante dos Aventais descritos no anexo I.

Parágrafo Segundo: Os AVENTAIS serão fornecidos somente se houver o quantitativo mínimo de 50.000 (cinquenta mil) unidades de aventais contratados pela empresa VENDEDORA, sendo assim, esse contrato de adesão terá seu quantitativo descrito na cláusula primeira somado ao quantitativo descritos por outros compradores autorizados, buscando somar estes quantitativos

e atingir a quantidade mínima necessária para efetivação da transação.

Parágrafo Terceiro: Considera-se quantidade mínima para transação o quantitativo de 50.000 (cem mil) aventais, somando todas as quantidades solicitadas nos Termos de adesões firmadas junto ao Intermediador.

Parágrafo Quarto: Os AVENTAIS serão produtos nacionais da marca MEDIX adquiridos pela empresa VENDEDORA, devidamente autorizada, respeitando as leis vigentes e normativas da ANVISA.

Parágrafo Quinto: No caso de não se atingir o quantitativo mínimo, descrito no parágrafo terceiro desta cláusula, até o dia 18 de maio do ano corrente, a operação de aquisição será suspensa e todos compradores autorizados informados imediatamente da suspensão e os recursos financeiros envolvidos devolvidos integralmente aos compradores autorizados, sem nenhum prejuízo à parte VENDEDORA e/ou INTERMEDIADORA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este CONTRATO fundamenta-se nos na lei 8078/90, que em seu artigo 54, traz em seu bojo: "Contrato de adesão", que é aquele cujas cláusulas tenham sido estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor do produto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME JURÍDICO

Este CONTRATO constitui espécie do gênero contrato administrativo e se regula pelas suas cláusulas e pelos preceitos do direito, aplicando-se-lhe os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

Parágrafo Primeiro: A AUTORIZAÇÃO objeto deste CONTRATO constitui ato administrativo unilateral, sendo a aquisição dos AVENTAIS realizada pelo VENDEDOR por conta e risco exclusivo do mesmo e dos COMPRADORES AUTORIZADOS.

Parágrafo Segundo: A presente AUTORIZAÇÃO será exercida em regime de liberdade de preços, conforme descrito no ANEXO II deste instrumento, cumprindo os termos de boas práticas e *compliance*, bem como respeitando as normas contra o abuso do poder econômico.

Parágrafo Terceiro: Em caso de situações que possam colocar em risco a armazenagem e/ou distribuição da mercadoria, e/ou quando comprometer a segurança da armazenagem e/ou logística a VENDEDORA e/ou INTERMEDIADORA poderá suspender unilateralmente a transação enquanto perdurar a situação de risco, devendo ser dado ciência ao Comprador Autorizado em no máximo 24 (vinte e quatro horas) da identificação da situação.

Parágrafo Quarto: Na ocorrência da situação prevista no parágrafo anterior, o COMPRADOR AUTORIZADO poderá optar em retirar a mercadoria, no ponto de armazenagem do VENDEDOR, por sua própria responsabilidade e custo, isentando desta forma o VENDEDOR e/ou INTERMEDIÁRIO de qualquer responsabilidade legal e/ou administrativa.

Parágrafo Quinto: Os contratos para aquisição, movimentação e/ou armazenagem da mercadoria celebrado entre VENDEDOR e terceiros estranhos a este contrato será de responsabilidade exclusiva e privativa do VENDEDOR.

Parágrafo Sexto: A contratação de mão-de-obra feita pela VENDEDOR e/ou INTERMEDIÁRIO não implicará em qualquer relação entre aqueles contratados e o COMPRADOR AUTORIZADO, não havendo a transferência para este de quaisquer ônus em relação a essa mão-de-obra.

CLÁUSULA QUARTA - DA ARMAZENAGEM E LOGÍSTICA

O VENDEDOR será responsável pela armazenagem e distribuição dos aventais adquiridos para o COMPRADOR AUTORIZADO, sendo a logística na modalidade CIF, realizando a operação de forma adequada e a entrega no endereço correspondente do COMPRADOR AUTORIZADO, entendendo-se como operação adequada, a que satisfaz as condições de regularidade, eficiência e segurança da carga.

Parágrafo Primeiro: A armazenagem respeitará as normas da ANVISA e terá um responsável técnico devidamente habilitado junto aos Órgãos competentes, o qual será responsável pelas boas práticas de armazenagem e distribuição.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DA AUTORIZAÇÃO

A AUTORIZAÇÃO referida na Cláusula Primeira deste CONTRATO terá vigência até o dia 18 (dezoito) de maio do ano corrente, podendo ser prorrogado até o dia 30 de maio pelo VENDEDOR em comum acordo com o COMPRADOR AUTORIZADO.

Parágrafo Primeiro: O produto adquirido pelo VENDEDOR deverá atender os prazos descritos no ANEXO III deste, referente ao prazo de produção dos aventais, prazo de pagamento e prazo de entrega.

Parágrafo Segundo: a autorização conferida por este Contrato somente terá validade se cumprido os prazos de pagamentos estipulados no Anexo II deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Incumbe ao VENDEDOR a execução deste CONTRATO, cabendo-lhe responder todos os questionamentos técnicos e administrativos do COMPRADOR AUTORIZADO e/ou INTERMEDIADOR.

Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere o *caput* desta Cláusula, o VENDEDOR poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à AUTORIZAÇÃO, bem como a implementação de projetos

associados, desde que não ultrapassem os prazos de entrega descrito no presente CONTRATO.

Parágrafo Segundo: é vedado a sub-autorização, sendo que a transferência da AUTORIZAÇÃO a terceiros somente será permitida mediante prévia e expressa anuência do COMPRADOR AUTORIZADO, considerando a preservação do objeto e das condições originalmente estabelecidas, bem como o atendimento, por parte do novo titular, aos requisitos técnicos, econômicos, e jurídicos correspondentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS DO VENDEDOR

O regime jurídico estabelecido confere ao VENDEDOR e/ou INTERMEDIÁRIO, em relação a este CONTRATO, a prerrogativa de:

I - Efetivação de contrato com a indústria fabricante com a finalidade de obter produtos para atendimento deste CONTRATO;

II - Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares pertinentes AUTORIZAÇÃO, bem como as cláusulas deste CONTRATO;

III - Acompanhar a operação de aquisição e produção do produto, atentando para o cumprimento das disposições legais e normas da ANVISA bem como das cláusulas avençadas neste CONTRATO;

IV - Fiscalizar a prestação dos serviços, com observância dos padrões de eficiência, segurança, regularidade, pontualidade e modicidade nos preços aplicados;

V - Acompanhar a qualidade e a produtividade do produto adquirido;

VI - Promover medidas que assegurem os cumprimentos das normas nacionais e internacionais do segmento de importação e distribuição e insumos médicos.

VII - Adotar medidas de proteção da carga, AVENTAIS, contra sinistros, por meio da cobertura de apólice de seguro.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO COMPRADOR

Constituem obrigações do COMPRADOR AUTORIZADO:

I - Cumprir todas suas obrigações para com o VENDEDOR;

- Avaliar de forma técnica os anexos deste CONTRATO, visando a aprovação das características técnicas do AVENTAL e as informações financeiras da operação.

- Estar em anuência com os prazos definidos neste CONTRATO;

IV - Efetuar os pagamentos conforme descrito neste CONTRATO dentro dos prazos

especificados no ANEXO II.

V – Fornecer ao VENDEDOR os documentos necessários para aquisição de insumos médicos, em consonância com a legislação brasileira e normas da ANVISA;

CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressos ou implícitos neste CONTRATO, resultará na aplicação de penalidade de multa referente a 10 % (dez por cento) do valor total transacionado entre as Partes, a ser pago pela parte infratora as demais Partes lesadas.

Parágrafo único: Para aplicação da penalidades de que trata o *caput* desta Cláusula, será excluído situações motivadas por dificuldade de contratação de voo na modalidade de fretamento ocasionado pela inexistência da oferta de empresa a ser contratada para este fim e/ou colapso da malha aeroviária e/ou superfaturamento dos custos de transporte o que inviabilizaria a operação comercial.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

A AUTORIZAÇÃO poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção do VENDEDOR e/ou COMPRADOR AUTORIZADO, por meio de anulação, cassação ou declaração de inidoneidade, observado o devido processo legal e a ampla defesa.

Parágrafo primeiro: A penalidade de anulação será aplicada quando a AUTORIZAÇÃO estiver eivada de vícios que a tornem ilegal ou quando constatado que o COMPRADOR AUTORIZADO e/ou VENDEDOR apresentou documentação irregular ou usou de má fé nas informações prestadas, independentemente de outras penalidades cabíveis.

Parágrafo segundo: A penalidade de cassação da autorização poderá ser aplicada, a critério do VENDEDOR, considerando a gravidade do fato, quando:

- I – Não forem cumpridos os pagamentos nos prazos assinalados neste CONTRATO;
- Não for atendidas as exigências documentais obrigatórias por lei;

Parágrafo terceiro: A penalidade de declaração de inidoneidade da VENDEDORA e/ou COMPRADOR AUTORIZADO será aplicada nos seguintes casos:

- I – prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da execução do CONTRATO;
- II – apresentação de informações e dados falsos;

III – prática de abuso de poder econômico ou infração às normas para defesa da concorrência, apuradas e julgadas na forma da legislação aplicável.

Parágrafo quarto: A declaração de inidoneidade implicará, necessariamente, na cassação da AUTORIZAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Incumbe ao VENDEDOR executar a operação de aquisição, dos AVENTAIS DESCARTÁVEIS DE TNT GRAMATURA 40 GRAMAS COM REGISTRO NA ANVISA, podendo fazê-lo direta ou indiretamente, assegurando o cumprimento das normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, especialmente as relativas à segurança das pessoas, bens e instalações.

Parágrafo primeiro: A aquisição dos AVENTAIS somente se dará se cumprido os requisitos descritos na cláusula primeira, parágrafo terceiro deste CONTRATO, caso o VENDEDOR e/ou INTERMEDIÁRIO não logre êxito no cumprimento das exigências até a data limite de vigência, este CONTRATO se extinguirá imediatamente, e todos valores depositados pelo COMPRADOR AUTORIZADO será devolvido em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, de forma integral sem correções e/ou multas, pelo VENDEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

No caso de extinção do CONTRATO por prazo, ocasionado por descumprimento das exigências contratuais no que tange o quantitativo mínimo de AVENTAIS necessário para concretização da aquisição, fica desde já acordado entre as Partes, que não haverá qualquer responsabilização legal e/ou administrativa do VENDEDOR e/ou INTERMEDIÁRIO, bem como haverá a isenção de responsabilidade direta e/ou solidária no caso de danos materiais, morais e ou risco à vida humana.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS

Os recursos financeiros necessários para execução deste CONTRATO será proveniente do COMPRADOR AUTORIZADO, o qual deverá efetuar os pagamentos nas datas descritas no Anexo II deste Instrumento, em benefício do VENDEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Circunscrição Judiciária de VITÓRIA/ES, para dirimir dúvidas e litígios oriundos deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes firmam este CONTRATO, em quatro vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo indicadas e nominadas.

VITÓRIA 12 DE MAIO DE 2020

HOSPIDROGAS DISTRIBUIDORA
VENDEDOR

PHARMANEXO INTERMEDIADORA DE NEGÓCIOS
INTERMEDIADOR
assinado digitalmente: a8ae5bf04141ccef98c710a943b1be9c

DVG GERENCIADORA DE PROJETOS LTDA
COMPRADOR AUTORIZADO
assinado digitalmente: 04be35d40e44e1ee828c25e3a94af368

TESTEMUNHAS:

MARLON BOECKER ENDLICH
Assinatura Digital: 0b5df371d8eb7c0a898a7d7ba1019a24

ANDRÉ AFONSO
Assinatura Digital: 118a59cb072d1e8054e905f54db2ad94